

IGUALDADE DE GÊNERO, DIVISÃO DE PAPEIS NO PATRIARCADO E O IMPACTO DO CINEMA SOBRE A SOCIEDADE

**Humanidades
& Inovação**

*GENDER EQUALITY, DIVISION OF TASKS IN THE
PATRIARCHY AND THE IMPACT OF CINEMA ON SOCIETY*

ISABELLA MARTINS VIEIRA MENEZES CARVALHO

Mestranda em Direitos Humanos (pela UFG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4691660790190660>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9377-452X>

E-mail: isabellamvmc@gmail.com

Resumo: A busca por igualdade de gênero encontra inúmeras entraves para ser alcançada; dentre elas, a repetição e a imposição de padrões e de papéis para homens e mulheres. Além de limitar a plena expressão dos gêneros, estabelece uma desigualdade estrutural que beneficia os homens. O cinema, como comunicador de massa, tem papel importante na educação e na conscientização social acerca da potencialidade da mulher e da necessidade de desprivilegiar a sociedade.

Palavras-chave: Cinema. Igualdade de gênero. Divisão de papéis. Patriarcado.

Abstract: The quest for gender equality faces numerous obstacles to its achievement; among them, the repetition and imposition of standards and tasks for men and women. In addition to limiting the full expression of genders, it establishes a structural inequality that benefits men. Cinema, as a mass communicator, plays an important role in education and social awareness about the potential of women and the need to depatriarchalize society.

Keywords: Cinema. Gender equality. Division of tasks. Patriarchy.

Introdução

A luta por igualdade de gênero afeta diretamente as estruturas sociais e econômicas, pois vive-se em uma repetição de padrões pré-estabelecidos, relacionados aos tão falados papéis que homens e mulheres exercem no dia a dia.

O patriarcado influencia homens e mulheres, oprimindo estas e impondo normas aqueles, forçando que ambos vivam de acordo com uma identidade de gênero tradicional e repressiva.

A questão da igualdade de gênero tem sido central nas discussões sociais e políticas ao longo das últimas décadas, e, dentro desse contexto, a divisão de papéis tem ganhado atenção crescente. Enquanto as mães têm historicamente assumido a maior parte da responsabilidade pela criação dos filhos, as normas sociais que regem o papel dos pais nas famílias têm evoluído lentamente.

O cinema, como forma de mídia de massa, tem refletido e, por vezes, influenciado essas transformações nas dinâmicas familiares.

Apesar das críticas ao modo como Hollywood perpetuava estereótipos e reforçava as normas patriarcais e racistas, bell hooks (1996) defendia o potencial do cinema como uma ferramenta de resistência e transformação social.

Maureen Murdock (2022), em sua obra “A jornada da heroína”, retrata como era a participação do “príncipe” nos contos de fadas e como a princesa dependia dele para se transformar:

Na maioria dos contos de fadas, a heroína é retirada de seu estado de espera, de seu estado de inconsciência, e radical e instantaneamente se transforma para melhor. O catalisador dessa mudança mágica é, geralmente, um homem. Branca de Neve, Cinderela, Rapunzel, Bela Adormecida, Eliza Doolittle e Perséfone: todas compartilham variações do mesmo príncipe! (Murdock, 2022, p. 79).

Essa foi a visão tradicional, repetida por décadas, da relação entre príncipes e princesas. Mas algumas narrativas cinematográficas mais recentes têm trazido retratos de princesas e super-heróínas independentes e fortes e que desafiam as normas tradicionais de gênero, mostrando que mulheres podem ser líderes, guerreiras, exploradoras e heroínas. É o caso, por exemplo, de “Moana” (2016), “Valente” (2012), “Mulan” (1998), e “Mulher-Maravilha” (2017).

Esse novo olhar permite que o cinema, ferramenta que atinge grande parte da sociedade, inclusive crianças, seja instrumento de conscientização e de educação social sobre temas que não só merecem, como demandam progresso, como a igualdade de gênero e a retirada da mulher de uma posição inferior ao homem.

Carmela Grune (2017) faz uma análise sobre o direito no cinema brasileiro e retrata que as obras cinematográficas podem levar ao questionamento do telespectador acerca do seu papel dentro da sociedade e até mesmo de empatia com os acontecimentos que envolvem os personagens.

A autora também retrata (Grune, 2017) que o cinema vai além de apresentar as doenças sociais existentes, mas de encontrar alternativas além daquelas que levam à violação de direitos:

O cinema, como representação e produtos de afetos e sentimentos, mostra como o direito pode ser encontrado no corpo ativo da sociedade, em movimento, pulsando nas veias de cada indivíduo que, no conjunto orgânico de um grupo, busca a visibilidade, não apenas de apontar para as doenças sociais, mas também encontrar alternativas para sair do lugar comum, local em que a violação de direitos humanos fundamentais é banalizada. (Grune, 2017, p. 46)

Percebe-se, assim, que o cinema, como expressão cultural, é um poderoso meio de questionamento e transformação, sendo fundamental para a luta pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com base em revisão bibliográfica e análise crítica de obras cinematográficas, para compreender de que maneira o cinema pode atuar como instrumento de reprodução ou desconstrução de papéis de gênero impostos pelo patriarcado.

A pesquisa se ancora em referenciais teóricos que dialogam com os campos dos direitos humanos, dos estudos de gênero e da crítica feminista, como bell hooks, Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Chimamanda Ngozi Adichie, Linda Nicholson, entre outros.

Foram selecionadas, também, obras cinematográficas específicas – como *Valente* (2012), *Moana* (2016), *Mulan* (1998), *Mulher-Maravilha* (2017), *As Sufragistas* (2015) e *Vidas Partidas* (2016) – com o objetivo de ilustrar como o cinema representa papéis de gênero e de que maneira essas representações podem contribuir para a educação e a conscientização social sobre a igualdade entre homens e mulheres.

A escolha dessas produções considerou critérios como a centralidade de personagens femininas, o alcance social dos filmes e a relevância das narrativas no contexto dos debates sobre equidade de gênero.

A opção por uma metodologia qualitativa e analítica justifica-se pela natureza do objeto estudado: as representações simbólicas e sociais de gênero no cinema.

Essa abordagem permite compreender as nuances discursivas, culturais e ideológicas que permeiam as produções cinematográficas, bem como os sentidos que essas obras produzem nos espectadores.

Ao invés de buscar dados estatísticos ou generalizações, busca-se a interpretação crítica dos discursos e imagens que influenciam, reforçam ou desafiam normas sociais patriarcais.

Além disso, o enfoque interdisciplinar é essencial diante da complexidade do tema, que atravessa os campos da sociologia, filosofia, comunicação, direito e estudos culturais.

Dessa forma, esta metodologia possibilita não apenas a análise do conteúdo das obras, mas também a reflexão sobre os impactos socioculturais das narrativas cinematográficas na luta por igualdade de gênero e no fortalecimento dos direitos das mulheres.

Divisão patriarcal de papéis e a busca por igualdade de gênero

Em uma de suas célebres frases, Chimamanda Ngozi Adichie (2015, p. 36) disse que “O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos”.

E esta é a realidade da sociedade patriarcal, que repete incansavelmente as normas destinadas a cada gênero, ensinada e repetida ao longo da vida e de gerações, sem considerar a identidade e as vontades de cada indivíduo – que precisam se adequar aos padrões impostos.

Essa repetição de imposição de padrões é iniciada a cada nascimento de uma criança. À menina são ensinadas (e cobradas) as tarefas vinculadas ao lar, como lavar louças, arrumar a cama, limpar a casa e a idealização do casamento. Ao menino, cobra-se força física, ausência de demonstração de sentimentos (como por frases como “menino não chora”), sendo deixadas de lado quaisquer atividades domésticas.

A célebre frase de Simone de Beauvoir (1980, p. 13), “Não se nasce mulher, torna-se mulher” reflete esta ideia de que “mulher” não é natural, mas uma construção social imposta pelo patriarcado.

Tais fatos deixam claro que a divisão de papéis de gênero é uma imposição externa e que não leva em conta a verdadeira potencialidade humana, tanto de homens, quanto de mulheres. Essa idealização de que as mulheres devem se dedicar à casa e à maternidade, enquanto os homens ocupam os espaços de poder e liderança reforçam hierarquias de poder e dependência econômica e emocional das mulheres em relação aos homens.

A divisão rígida de papéis limita tanto as mulheres quanto os homens, perpetuando uma desigualdade estrutural que beneficia um grupo - os homens - em detrimento do outro - as mulheres.

Em grande parte das vezes, o “sucesso” da mulher depende de renúncias, seja no âmbito domiciliar ou profissional, conforme explica Pierre Bourdieu (2012), no livro “A Dominação Masculina”:

A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que “pagar”, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor “sucesso” na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.) e na economia de bens simbólicos; ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional (através, sobretudo, da aceitação de “vantagens” que não são muito facilmente dadas às mulheres, a não ser quando as põem fora da corrida pelo poder: meio expediente ou “quatro quintos”). (Bourdieu, 2012, p. 126).

Linda Nicholson (1999) aborda o impacto da história e da cultura para as propostas sobre “mulheres” e que isso configura atos políticos:

Talvez seja hora de assumirmos explicitamente que nossas propostas sobre as “mulheres” não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver. (Nicholson, 1999, p. 75).

Surge, então, a necessidade de mudança social – especialmente por parte dos homens, dos legisladores e dos empregadores –, a fim de que essa patriarcal divisão de papéis seja superada, como defende Maureen Murdock (2022):

Para enfrentar essas questões – a necessidade de autonomia e a necessidade de procriar –, as mulheres precisam de uma mudança de atitude por parte da sociedade e da assistência dos homens. Papéis flexíveis na família e políticas empresariais e legislativas que refletem essas mudanças acabarão por mudar a forma como a dependência é vista e vivenciada pelas mulheres. Nossa heroína não terá mais que abrir mão de si mesma em nome do crescimento e do desenvolvimento dos outros. (Murdock, 2022, p. 74).

Lynn Hunt traz em sua obra “A invenção dos direitos humanos: uma história” sobre a visão inferior – até mesmo biológica – de uma mulher, a sua delicadeza e a sua incapacidade, pelos olhos de um fisiologista na década de 1790 (2009, p. 66):

O principal fisiologista francês da década de 1790 e início dos anos 1800, Pierre Cabanis, argumentava que as mulheres tinham fibras musculares mais fracas e a massa cerebral mais delicada, o que as tornava incapazes para as carreiras públicas, mas a sua consequente sensibilidade volátil adequava-as para os papéis de esposa, mãe e ama. Esse pensamento ajudou a estabelecer uma nova tradição em que as mulheres pareciam predestinadas a se realizar dentro dos limites da domesticidade ou de uma esfera feminina separada. (Hunt, 2009, p. 66)

Em seguida, Lynn Hunt (2009) aborda o fato de que o filósofo inglês John Stuart questionou tais diferenças biológicas e defendeu que há de haver uma perfeita igualdade entre os gêneros, conforme trecho abaixo:

No seu influente tratado *A sujeição das mulheres* (1869), o filósofo inglês John Stuart Mill questionou a própria existência dessas diferenças biológicas. Insistia que não podemos saber como os homens e as mulheres diferem quanto à sua natureza, porque só os vemos nos seus papéis sociais correntes. “O que agora se chama a natureza das mulheres”, argumentava, “é algo eminentemente artificial.” Mill ligava a reforma do status das mulheres ao progresso social e econômico global. A subordinação legal das mulheres, afirmava, “é errada em si mesma” e “deve ser substituída por um princípio de perfeita igualdade, não admitindo nenhum poder ou privilégio num dos lados nem incapacidade no outro”. (Hunt, 2009, p. 66)

Sabe-se que ainda há quem entenda que a mulher é predestinada aos afazeres domésticos, de forma que as alterações legislativas são de extrema importância para o desenvolvimento social e, em grande parte, surgem com o impulso dado pela própria demanda social.

À medida que um grupo toma consciência da importância de alguma alteração e que a reivindica, isso se torna uma fonte de direito, que enseja uma avaliação das normas jurídicas existentes sobre o tema e a possível criação ou modificação da legislação.

A participação das mídias, dentre elas, o cinema, é crucial para despertar tanto o interesse, quanto à consciência, acerca dos problemas de desigualdade de gênero e as formas de solucioná-los.

Produções cinematográficas e a importância da utilização do cinema para educação e conscientização sobre equidade de gênero

Rosana Cássia Kamita (2017, p. 1.394), relata que “A representação feminina nas diferentes linguagens alterna presença e ausência. Na maior parte das vezes, apresenta-se presente como objeto a partir de um olhar masculino”.

Por essa razão, destaca a importância de entendermos o papel dos espectadores e da mulher, tanto como atriz, quanto como receptora desses filmes:

No entanto, não basta produzir um filme em bases diferentes, é necessário que haja uma sintonia em relação àqueles que assistem a essas produções sob um novo olhar. Assim, ao se considerar o cinema narrativo clássico como um meio de reprodução da imagem estereotipada da mulher, cumpre buscar alternativas a esse padrão. O cinema de matiz comercial enfatiza o papel normativo da mulher na sociedade e, consequentemente, manipula um sistema de punição àquelas que negligenciam essa postura a ser adotada. Nesse sentido, o cinema tem contribuído diretamente com um modelo de sociedade tradicionalista, institucionalizando um modo de representação da mulher. Assim, mesmo que haja cineastas que se disponham a criar novas abordagens cinematográficas, resta questionar o papel dos espectadores frente a essa epistemologia divergente e, desse modo, refletir sobre a mulher nos dois lados da câmera e com a recepção dos filmes. (Kamita, 2017, p. 1.395)

A representação de gênero no cinema tem sido um campo de debate, especialmente quando analisamos os papéis e os estereótipos atribuídos às mulheres. Por isso é que a igualdade de gênero, por meio de luta por direitos e oportunidades iguais para todos os gêneros, com atuação do feminismo, como movimento social e político, são questões centrais nesses debates.

Carmela Grune (2017, p. 62) entende que direito no cinema é perceber o direito nas relações sociais, é o conhecimento jurídico pelas histórias contadas. Assim, o cinema não é apenas um reflexo passivo da sociedade, mas também um veículo de poder que molda e reforça normas sociais, incluindo as de gênero.

Ao longo da história do cinema, a igualdade de gênero e o feminismo foram abordados de maneiras distintas, desde a objetificação das mulheres até representações mais complexas e empoderadas.

É nisso que se baseia a crítica feminista contemporânea, que busca maior representatividade e voz feminina nas produções cinematográficas.

Assim como concluiu Maureen Murdock (2022, p. 79), ao analisar as princesas tradicionais, como Branca de Neve, Cinderela, Rapunzel e Bela Adormecida, é possível perceber que são moldadas para ser belas, dóceis e submissas, e para aguardar o seu príncipe salvá-la.

Em contrapartida, algumas obras têm trazido uma nova visão, com personagens femininas em papéis de liderança e poder, invertendo estes papéis tradicionais, com representações poderosas e inspiradoras para as meninas que as assistem, e, também, educacionais para os meninos.

Esse é o caso do filme “Valente” (2012), que, diferente das princesas tradicionais, que, em regra, são personagens passivas, dependentes da ajuda de um príncipe ou da magia para alcançar seus objetivos, apresenta a protagonista Merida, que subverte esse estereótipo tradicional, em razão do ímpeto de ser livre para seguir seu próprio caminho, se mostrando como uma jovem independente e autônoma.

Merida lida com as expectativas tradicionais da sociedade medieval de se casar e ter filhos, mas demonstra o seu inconformismo e busca a sua liberdade para decidir o seu futuro, utilizando um arco e flecha como instrumento de luta.

Outro estereótipo subvertido é a necessidade de um príncipe para salvar ou trazer felicidade à princesa, uma vez que a protagonista Merida soluciona os seus contratempos e encontra força dentro de si mesma.

Filmes como este promovem a ideia de que as meninas podem ser fortes, independentes e líderes em suas próprias histórias, sem depender de figuras masculinas ou de tradições antiquadas e que precisa de um príncipe para se afirmar.

São capazes, também, de encorajar meninas e meninos a repensarem os papéis tradicionais e a refletirem sobre a ideia de que todos têm o direito de construir seus próprios caminhos.

Há, também, filmes que desafiam normas de gênero e buscam autonomia, como o filme “As Sufragistas” (2015), uma obra cinematográfica que retrata a luta das mulheres britânicas pelo direito ao voto no início do século XX.

Pela narrativa, percebe-se o pensamento patriarcal de que as mulheres são bem representadas pelos homens, a busca pela manutenção do controle e do silêncio feminino, de evitar que as mulheres pensem por si só, que percebam que podem expressar a sua opinião por meio do voto – que pode ser, inclusive, diferente daquela dos homens de sua família.

No filme, a protagonista Maud Watts é uma funcionária de uma lavanderia, casada e com um filho, que, ao contrário do padrão passivo vivido até então, transformou a sua percepção e se viu perturbada com as injustiças sociais, o que ensejou o seu envolvimento com outras mulheres militantes ligadas a movimentos políticos de luta pelos direitos das mulheres.

Merece destaque o fato de que o marido da protagonista é contra a sua atuação no movimento, por entender que deve ser mantido o voto apenas para homens e, à medida que Maud Watts inicia a sua atuação na luta por seus direitos, o marido não a permite entrar em casa e ter contato com o filho.

É possível perceber que a expectativa de poder votar (e ter voz) gerou uma ânsia por liberdade em um grupo de mulheres. Assim, o filme retrata a transformação da personagem, de uma mulher submissa e conformada com seu destino, a uma militante destemida, disposta a sacrificar sua vida pessoal e profissional pela causa, inclusive, agindo contra a vontade do marido, em busca dos seus direitos.

Já o filme brasileiro “Vidas Partidas” (2016), retrata, além da violência doméstica enfrentada por diversas mulheres, a dificuldade, em uma sociedade patriarcal e machista, de lidar com o sucesso da mulher, uma vez que se encontra acostumado aos padrões tradicionais de que os homens lidam com poder e as mulheres com os afazeres domésticos.

No início da narrativa, é possível perceber um casal feliz, em aparente cumplicidade, formado pelos personagens Marcela e Pedro. Bastou que Pedro precisasse lidar com o seu desemprego e, paralelamente, com o sucesso profissional da esposa, Marcela, que Pedro passou a expressar seu

lado agressivo, manipulador e abusivo, contando com agressões físicas e psicológicas à esposa.

É retratado, ainda, as falhas nas redes de apoio e do judiciário, com cenas em que é dito à Marcela que a separação poderia comprometer a guarda dos filhos, mesmo ela tendo informado que foi alvo de violência doméstica pelo marido, bem como as dificuldades encontradas para denunciar o marido.

Pelas obras cinematográficas mencionadas, é possível confirmar o papel fundamental do cinema em promover tanto a empatia e o questionamento do telespectador sobre a sua atuação na vida real, como a educação e a conscientização de problemas sociais e reflexão sobre possíveis mudanças e soluções.

Considerações finais

Chimamanda Ngozi Adichie (2015), na obra “Sejamos todos feministas”, traz a reflexão de que as mulheres fazem mais tarefas domésticas e que a justificativa não é a existência de um gene diferente neste ponto, mas ao fato de que são repetidos os padrões de que o papel da mulher é cozinhar. Acontece que, ao tratar sobre premiações, a gente maioria dos cozinheiros denominados “chef”, são homens:

Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças. E isso implica em autorrealização de cada um. O ato de cozinhar, por exemplo. Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa de que os homens – elas cozinham e limpam a casa. Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo – que recebem o título pomposo de “chef” – são, em sua maioria, homens. (Adichie, 2015, p. 37)

É forçoso relembrar que, no âmbito nacional, as mulheres já influenciaram a construção de importantes normas – como a Lei do Divórcio, em 1977, o direito à prática de futebol, em 1979, a emblemática Lei Maria da Penha, em 2006, a Lei do Feminicídio, em 2015, dentre tantas outras.

Assim, pelo exposto neste artigo, percebe-se que o cinema, que exerce um grande impacto cultural, pode influenciar a desconstrução da desigualdade de gênero, contribuindo para a **educação** e para o **empoderamento** das mulheres.

Sobre o cinema brasileiro, Carmela Grune (2017, p. 64) aborda a “necessidade de persistir em pensar e produzir um direito “fora da caixa”, dos códigos, retratado no cotidiano, capaz de despertar interesse pelas situações antes percebidas para a transformação positiva da realidade social”.

Para Rosana Cássia Kamita (2017), as produções cinematográficas estão no caminho de questionar os estereótipos e padrões tradicionais da sociedade. Mas não se pode perder de vista o posicionamento e a escolha das cineastas neste âmbito, pois a autoria feminina não corresponde a uma garantia de um novo posicionamento, conforme trecho abaixo:

O cinema é uma área importante para que se estabeleçam discussões sobre gênero. O discurso cinematográfico pode se constituir em um campo no qual se inserem alternativas a uma cultura tradicionalista e conservadora. A relação cinema/gênero encaminha a busca para uma nova produção de sentido e questionamentos do senso comum em relação às atribuições de gênero na sociedade. Assim, a posição das cineastas pode ser a de se encaminharem como vozes consoantes ou dissonantes, aderir às ideias pré-concebidas ou surgir como alternativa ao discurso hegemônico. Nesse

sentido, a autoria feminina não garante, por si só, uma reação ao tradicional, depende de uma consciência de reprodução ou reação ao tradicionalmente estabelecido. (Kamita, 2017, p. 1.396)

O cinema, ao mesmo tempo em que reflete as dinâmicas sociais e culturais, também tem o poder de influenciá-las. Filmes como Mulher-Maravilha, Valente e Mulan se destacam por subverterem os papéis tradicionais e por oferecerem uma nova perspectiva sobre a mulher, mais alinhada com as questões feministas contemporâneas. Esses filmes não apenas abordam a autonomia das personagens femininas, mas também promovem a reflexão sobre as construções sociais que determinam o que significa ser homem ou mulher em uma sociedade patriarcal.

A igualdade de gênero é um direito fundamental que visa garantir condições equitativas para homens e mulheres em todas as esferas da vida. No entanto, ainda existem desigualdades significativas, especialmente nas responsabilidades domésticas e no cuidado com os filhos, onde as mulheres continuam a carregar a maior parte das responsabilidades, o que tem impacto direto no seu desenvolvimento profissional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Recomendação nº 165, fala sobre promover a igualdade de oportunidades para homens e mulheres trabalhadores.

A preocupação global sobre a desigualdade de gênero é confirmada, ainda, pelo fato de que a igualdade de gênero consta como “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5” da Organização das Nações Unidas (ONU)¹, o que reforça a medida como promoção dos Direitos Humanos, conforme previsto no site das Nações Unidas:

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

A luta pela igualdade de gênero no cinema não está concluída. Apesar dos avanços, ainda é possível observar a persistência de estereótipos, a marginalização de personagens femininas e a falta de representatividade diversa. A indústria cinematográfica, portanto, continua a desempenhar um papel crucial na desconstrução de desigualdades e na criação de narrativas que questionem as normas de gênero e valorizem a diversidade.

¹ Informação disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>>. Acesso em 18 de janeiro de 2025.

Referências

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AS Sufragistas. Direção: Sarah Gavron. Produção: Alison Owen e Faye Ward. Reino Unido: Focus Features, 2015. 1 DVD.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GRUNE, Carmela. **Direito no cinema brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAMITA, Rosana Cássia. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48996>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MURDOCK, Maureen. **A jornada da heroína**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

NAÇÕES Unidas. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Nações Unidas Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em 18 de janeiro de 2025.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Cornell University, 1999.

VALENTE. Direção: Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção: Katherine Sarafian. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2012. 1 DVD.

VIDAS Partidas. Direção: Marcos Schechtman. Produção: Naura Schneider e Flávio Tambelini. Brasil: Europa Filmes, 2016. 1 DVD.

Recebido em 7 e novembro de 2025
Aceito em 6 de janeiro de 2026